Belém, 29 de março de 2016.

Parecer nº 001/2016

Comissão Especial de Política Urbana e Meio Ambiente do CAU/PA-CEPUMA

Assunto: Parecer elaborado para atender a Consulta pública sobre a proposta de intervenção para a Feira do Ver-o-Peso, realizada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em comum acordo com o Ministério Público Federal – Pará (MPF-PA).

Antecedentes:

Conforme veiculado no site do Iphan, em atenção à demanda da sociedade e em respeito aos princípios da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011), o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em comum acordo com o Ministério Público Federal – Pará (MPF-PA), disponibilizou para consulta pública a proposta de intervenção para a Feira do Ver-o-Peso, integrante do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico tombado pelo Iphan em 2012 (Portaria MinC nº 54-2012), na cidade de Belém (PA), **na versão Projeto Básico**, pelo período de trinta dias (2 a 31 de março), durante o qual poderão ser encaminhadas ao IPHAN, críticas e contribuições ao projeto.
Decorrido esse prazo, e nos termos acordados entre o IPHAN e o MPF-PA, está prevista a realização de Audiência Pública na cidade de Belém, para apresentação do projeto e recebimento de contribuições da sociedade civil. As contribuições serão então encaminhadas ao Iphan para que seja considerado na análise técnica do projeto para fins de ajuste e desenvolvimento do projeto executivo.

O projeto foi contratado pela Prefeitura de Belém, por meio do Edital TP 09/2014, na modalidade de Tomada de Preços, no âmbito do PAC das Cidades Históricas, cujo teor refere-se especificamente à Feira do Ver-o-Peso. Entretanto, conforme informações constantes no mesmo site, os demais projetos para a Feira do Açaí, Solar da Beira e Pedra do Peixe estão sendo contratados pela Prefeitura de Belém também no âmbito do PAC Cidades Históricas.

Quanto à Feira do Ver-o-peso

É imprescindível considerar as características da feira do Ver-o-peso, no seu caráter de referência cultural e simbólica para a cidade. Desta forma, pela definição tradicional de feira temos que: “Uma **feira** é um evento em um local público em que as pessoas, em dias e épocas predeterminados, expõem e vendem mercadorias.

Quando analisamos o conceito acima encontramos o primeiro diferencial da feira do Ver-o-peso e das feiras livres de bairros na cidade de Belém, que é o seu caráter de permanência, ou seja, funciona todos os dias e possui local fixo para isso. Em especial, a feira do Ver-o-peso possui uma dinâmica mais intensa que as demais, tanto no seu caráter de permanência, quanto na sua diversidade, que faz com que funcione sem interrupção de dia e horas, a qualquer hora durante o dia ou a noite a feira do Ver-o-peso oferece atividades comerciais ou de serviços para a população.

O dinamismo das feiras foi bem descrito por Aquino (2015), quando este descreveu que uma feira, como um espaço público,...

> "...é um lugar cheio de sons, movimentado e colorido. Por isso chama a atenção numa primeira análise. O colorido das frutas e legumes nas barracas iluminadas pela luz do sol filtrada através dos toldos proporciona um visual muito bonito. Em alguns lugares o sol passa direto pelas frestas e espaços entre as barracas criando uma luz incrível.
>
> Os feirantes gritam apregoando a qualidade dos seus produtos e garantindo que o seu preço é o melhor da feira. As pessoas circulam muito, examinam, pechincham ou simplesmente estão à procura do que desejam. Outras já tem suas barracas preferidas, conhecem o feirante de longa data e às vezes parecem mais amigos do que fregueses. Em muitas barracas nota-se que as pessoas que estão trabalhando são todas de uma mesma família. No meio disto tudo ainda existem vendedores ambulantes, com tabuleiros montados em cima de caixotes ou simplesmente no chão, que aproveitam a feira para tentar vender diversos produtos. Meninos se oferecem para ajudar as pessoas a carregar as mercadorias. Em suma: uma "confusão" perfeitamente organizada onde tudo parece funcionar na hora e no lugar certo.
>
> Para quem observa de fora a feira parece um teatro cheio de personagens, cada um com sua história. Um lugar com cheiros e sons que nos remetem ao nosso passado e, talvez, à nossa infância. Um lugar com suas cores e suas luzes a serem descobertas, exploradas e fotografadas.

Quando lemos o texto acima temos a impressão de que ele já visitou a feira do Ver-o-peso, Entretanto, além destes aspectos a Feira tem como referencial a intensa dinâmica econômica e turística, dada pela diversidade de produtos da floresta comercializados no local e pela sua diversidade cultural, que revela a crença e os costumes da nossa sociedade amazônida. Diversidade que levou o espaço a ser indicado à Unesco como candidato a "patrimônio da humanidade".

Portanto, é importante reconhecer que o principal diferencial da feira não está vinculado à configuração arquitetônica, mas sim à sua dinâmica sócio cultural, que atribui ao local importância como patrimônio cultural da Cidade, do Estado, do País e quiçá do Mundo.

Neste contexto, é mister reconhecer também que a Feira está inserida em um sítio histórico tombado e que qualquer intervenção a ser realizada no espaço a fim de abrigar esta diversidade e dinâmica social, deve dialogar de forma harmônica com o seu entorno, respeitando a ambiência do conjunto arquitetônico que compõe o dito "Complexo do Ver-o-peso.

Quanto às condições técnicas exigidas no Termo de Referência, constante no Edital TP 09/2014, para o desenvolvimento dos serviços e atividades contratadas:

No Anexo I do Edital TP 09/2014, consta o documento de Termo de Referência (TR) para contratação de projetos, o qual contém orientações para **elaboração do projeto básico** segundo o modelo usual do IPHAN, cujo objeto é a "Contratação de serviços técnicos especializados de arquitetura e engenharia para a elaboração de projetos relativos à REVITALIZAÇÃO DA FEIRA DO VER-O-PESO".

No item 4, que trata das "Condições técnicas gerais dos serviços e atividades a serem desenvolvidos", constam as seguintes premissas e recomendações para a Elaboração dos Projetos:

Premissas (item 4.1.1)[1]

Os projetos deverão ser elaborados **respeitando os valores estéticos e culturais do Bem**, com o **mínimo de interferência na autenticidade do mesmo**, seja autenticidade estética, histórica, dos materiais, dos processos construtivos, **do espaço envolvente** ou outras, considerando:

a) Garantir a **autenticidade** dos materiais implica na **manutenção da maior quantidade possível de materiais originais**, de modo a evitar falsificações de caráter artístico e histórico;

b) Na impossibilidade de manutenção dos materiais originais, deverão ser utilizados outros **compatíveis com os existentes em suas características físicas, químicas e mecânicas e aspectos de cor e textura** sem, no entanto, serem confundidos entre si;

c) Assim também, com a **utilização de materiais reversíveis, que possam ser substituídos no futuro e no final de sua vida útil**, sem danos ao Bem;

d) **A autenticidade histórica permeia todos os aspectos associados ao Bem**, **não sendo permitida qualquer intervenção que possa alterar** ou falsificar os valores históricos contidos nos materiais, técnicas construtivas, **aspectos estéticos e espaciais**;

e) A **autenticidade estética** corresponde ao **respeito às ideias originais que orientaram a concepção inicial do Bem** e **das alterações introduzidas em todas as épocas**, que agregando valores, resultam numa outra **ambiência**, também **reconhecida pelos seus valores estéticos e históricos**;

f) Tão importante quanto à manutenção dos materiais e dos aspectos estéticos do Bem é a **garantia da preservação da autenticidade dos processos construtivos e suas peculiaridades**, **evitando o uso de técnica que seja incompatível e descaracterize o sistema existente**;

g) **A preservação da autenticidade do espaço envolvente** não implica no entendimento do Bem isoladamente e sim, no **contexto no qual está inserido, considerando os aspectos natural, histórico**, quer urbano ou rural;

[1] Os grifos constantes no texto foram realizados pela Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente do CAU/PA – CPUMA. Com a finalidade de ressaltar os itens que julga importantes para esta análise.

h) As propostas relativas ao resgate de determinados aspectos estéticos do Bem devem estar **baseadas e fundamentadas em análises e argumentos inquestionáveis sobre a autenticidade do espaço envolvente**;

i) É fundamental o conhecimento dos documentos internacionais e dos **princípios enunciados nas cartas patrimoniais** para a elaboração de projetos de preservação.

No TR foi ressaltado também a importância, para a complementação e o melhor direcionamento do trabalho, a consulta aos Cadernos Técnicos do Programa Monumenta/Unesco/IPHAN/MinC e as Recomendações para Análise, Conservação e Restauração Estrutural do Patrimônio Arquitetônico (ICOMOS).

Quanto as informações constantes nos documentos disponibilizados para a Consulta Pública pelo IPHAN:

A empresa responsável pelo projeto é a DPJ Arquitetura e Engenharia Ltda, reconhecida pelos anos de sua atuação no mercado e vencedora do processo de licitação realizado Pela Prefeitura de Belém.

Os documentos disponíveis para o processo de consulta pública são: uma apresentação de slides do projeto, com o resumo do memorial descritivo, e algumas pranchas genéricas do projeto (planta baixa, planta de cobertura, cortes longitudinais e elevações). Além destes documentos, esta Comissão teve acesso ao Edital TP 09/2014, disponível no portal da Prefeitura de Belém.

Quanto às informações levantadas no diagnóstico da feira do Ver-o-peso

Observa-se que as questões levantadas foram basicamente relativas as condições atuais de manutenção da infraestrutura da feira e sobre as formas de uso e adaptação dos espaços pelos feirantes que hoje atuam na feira, ressaltando os seguintes aspectos:

- Condições precárias de manutenção dos materiais de acabamento das circulações e boxes;
- Condições precárias das instalações elétricas, hidráulicas, de esgotamento sanitário e de circulação;
- Estoque de mercadorias nas barracas e nas circulações;
- Existência de barracas que ampliaram o seu espaço invadindo as áreas de circulações, obstruindo assim, o trânsito de pessoas e mercadorias;
- Estado precário de conservação da lona de cobertura, devido à falta de manutenção e em função das adaptações que os feirantes realizaram para ampliar a área de sombra e para proteção da chuva;
- Necessidade de recuperação do mole e das galerias pluviais sob as plataformas elevadas, as quais não possuem sistema de controle para conter a invasão das águas da baía.

Observa-se que a maior parte dos problemas levantados no diagnóstico tem origem principalmente na falta de cuidado e manutenção por parte dos permissionários, os quais utilizam o espaço sem nenhum regramento ou fiscalização de posturas por parte da Prefeitura

de Belém. Desta forma, os feirantes não mantém a limpeza nem executam reparos nas instalações e materiais dos boxes, armazenam mercadorias de forma imprópria, e ocupam, muitas vezes mais de um boxe. Esta postura (ou falta dela) vem contribuindo para a precária condição de sustentabilidade de quaisquer das intervenções ou requalificações já anteriormente executadas na Feira, contribuindo de forma incisiva para o estado de degradação do local.

Além destes, os demais problemas são relativos à falta de manutenção e limpeza da lona tensionada de cobertura, das instalações e equipamentos de iluminação pública e da pavimentação do local por parte da Prefeitura de Belém. Por outro lado, a questão dos alagamentos que ocorrem apenas nos meses que coincidem com o equinócio (março e setembro), foi levantado como problema, porém trata-se de um fenômeno da natureza que, diante do contexto histórico de ocupação do território pela cidade, não tem como ser contido.

Outro aspecto levantado se refere à plataforma elevada na beira do rio e à necessidade de recomposição do mole, o qual tem caráter de restauro, em função de estar a séculos como elemento delimitante entre a Feira e a Baía do Guajará.

Quanto ao projeto básico proposto

A partir da análise dos documentos disponibilizados no site do IPHAN para a Consulta Pública, ressaltamos os seguintes pontos quanto à proposta de intervenção:

- Não ficou claro qual é a intenção da proposta de rebaixamento da plataforma elevada, se por causa das condições de ventilação ou em função da interferência visual resultante da altura e forma da cobertura proposta para a feira;

- Como nos documentos disponibilizados constam apenas cortes esquemáticos, não está claro qual será a solução para a recuperação (ou restauração) do mole e solução de drenagem de águas pluviais relativa as galerias existentes sob a feira;

- A proposta cria um átrio interno com jardim, delimitado pelo posicionamento dos vestiários na parte central da cobertura maior proposta para a feira. A criação do átrio é interessante como solução de iluminação, porém o espaço ajardinado cria mais um elemento na feira que necessitará de frequente manutenção e será foco de interesse de outros vendedores informais ou uma possibilidade de ampliação do espaço para comercialização de plantas;

- A localização dos vestiários no centro da feira também cria uma situação desconforme em função da obstrução visual de algumas barracas. Essa é uma situação com a qual se deve ter atenção, visto que, historicamente muitas barracas que ficam na parte de trás da feira, naquele setor, são abandonadas devido os clientes privilegiarem as barracas próximas às circulações descobertas;

- As exigências da vigilância sanitária em relação à comercialização de açaí, polpa de frutas e animais vivos torna estas atividades incompatíveis com a feira. A solução proposta de criação de barracas com vedação em vidro temperado e climatizadas cria um outro problema referente à possibilidade dos demais feirantes copiarem a solução e adaptarem também as suas barracas, segundo o mesmo padrão, o que resultará na transformação das barracas em lojas;

- Observa-se que a solução dada para as barracas em alguns setores da feira é compacta e fechada, com aparência de loja. Hora, a lógica do comércio informal é a exposição das

mercadorias para os passantes, portanto, esta solução poderá resultar na mesma situação ocorrida com os ambulantes do Espaço da Palmeira, os quais abandonaram as barracas e foram expor seus produtos na calçada, onde estes teriam melhor visibilidade;

- O sentido de ventilação indicado para aeração do ático da cobertura, considera que os ventos, ou brisas, advêm no sentido Rio/Cidade, porém os ventos dominantes vem na direção nordeste e possui baixa velocidade, comprometendo o sistema de aeração proposto. Além disso, a observação do corte longitudinal revela também a proposição de um sistema de aeração mecânica, não especificado na apresentação/memorial, entretanto, não está claro se este funcionará com consumo de energia da rede pública ou individual;

- A solução de vedação da lateral da cobertura em venezianas não protege das chuvas mais intensas típicas dessa região, quando a velocidade do vento é maior em função das trocas térmicas entre o continente e o rio, podendo causar gotejamento e respingos;

- A quantidade de pontos de comercialização (barracas e permissionários) é crescente no espaço da feira, refletindo a falta de controle administrativo do espaço. Isso compromete a sustentabilidade de qualquer proposta para a área, especialmente no que se refere à garantia de espaços de passeio e circulação, adequadamente dimensionados, o que resulta na perda gradativa do espaço público em detrimento dos espaços privados, como se observa na proposta em questão;

- Em consequência do comentário anterior, a proposta em análise parte para uma solução de cobertura contínua, eliminando os corredores transversais a céu aberto da feira, para garantir o maior número possível de barracas. Esta solução por sua vez, resulta na obstrução da visualização do rio a partir das vias transversais à feira, descaracterizando a paisagem cultural e a ambiência do local, garantida a duras penas na proposta anterior, resultante do concurso público;

- A paisagem cultural também é descaracterizada devido a altura gerada pela forma de cobertura proposta, a qual atinge 5,63m (cinco metros e sessenta e três centímetros), causando obstrução visual das fachadas dos casarões antigos localizados na Boulevard Castilhos França, em pelo menos 50% da fachada dos prédios, prejudicando gravemente a leitura do conjunto.

- A solução em ondas da cobertura é justificada em função das condições de conforto térmico, porém não se configura como a única solução. O fato de constituir um volume contínuo, reforçado pela intercalação das ondas e pela geração de uma testeira vertical de vedação lateral gera a sensação de peso e desconfigura a leitura do espaço como feira, passando a configurar uma leitura volumétrica pesada e compacta, atribuindo ao local o aspecto de Mercado.

- A solução atual, apesar de também resultar em uma cobertura contínua, conversa com o espaço da feira pela subdivisão em blocos menores e descontínuos e pela sensação de leveza gerada pela inclinação sutil, pelo material e pela ausência de testeiras laterais. Concordamos que a mesma já cumpriu o seu papel e deve ser substituída, porém é interessante a busca de uma solução que atribua a sensação de leveza e a mínima obstrução visual;

- A proposta de vedação não considera o funcionamento da feira durante as 24 horas do dia, visto que esta possui uma dinâmica específica durante a noite e a madrugada, que movimenta vários setores da feira.

Considerações e recomendações

Pelo exposto concluímos que em termos de soluções técnicas de funcionalidade e conforto, a proposta apresenta soluções adequadas e condizentes com os problemas infraestruturais

diagnosticados na feira. Entretanto, a maior parte das inconsistências devem ser observadas a partir das seguintes considerações:

- Falta de especificidade no detalhamento das condições técnicas gerais e específicas constantes no TR, quanto aos serviços e atividades a serem desenvolvidos na proposta e na especificação do objeto do contrato, colocando a Feira como elemento a parte do complexo do Ver-o-peso;

- O levantamento de atividades e permissionários constante no cadastro da PMB, não considera o fato de existir permissionários que possuem mais de uma barraca na feira, resultando na falta de dimensionamento da capacidade da feira, a qual encontra-se em constante crescimento;

- As premissas estabelecidas no termo de referência inviabilizam a proposta de partido arquitetônico adotado a partir do momento em que é enfatizado que a proposta deve considerar o "mínimo de interferência na autenticidade do mesmo";

- Segundo a Carta de Nara a autenticidade deve reconhecer a diversidade do patrimônio no tempo e no espaço e exige o reconhecimento da legitimidade dos valores culturais do lugar e que o contexto cultural do bem deve ser julgado com base no valor de uma grande variedade de fontes de informações, dentre elas: a forma, o desenho, os materiais e as substâncias, o uso e a função, as tradições e as técnicas, na elaboração das específicas dimensões artística, histórica, social e científica do bem;

- A carta de Brasília considera que "o tema da autenticidade passa pelo da identidade, o qual é mutante, dinâmico e pode adaptar, valorizar, desvalorizar e revalorizar os aspectos formais e os conteúdos simbólicos de nosso patrimônio"

- Portanto, a autenticidade de um bem só não é maculada se ela for consequência de um processo natural, resultante da sua dinâmica social e econômica.

Desta forma, concluímos que é inconcebível uma intervenção, em qualquer aspecto do complexo do Ver-o-peso, que não seja resultante de um amplo processo de participação social, em quaisquer das etapas de seu desenvolvimento, inclusive apoiado por um trabalho de mobilização, capacitação e organização social. Isso inclui inclusive a elaboração do TR e o estabelecimento dos critérios básicos da intervenção.

O universo de atores partícipes não pode, nem deve envolver apenas os feirantes e a administração pública, mas representações de toda a sociedade no âmbito municipal, estadual e federal, considerando a importância e abrangência social e cultural do Ver-o-peso.

Conforme o exposto recomendamos:

- A ampliação do processo de discussão e participação no processo decisório sobre a proposta de intervenção;

- A inclusão no TR da consideração dos demais elementos constituintes do complexo no equacionamento das questões características da feira, como por exemplo, considerar o uso do Solar da Beira, que hoje se encontra ocioso, na solução de espaços para as atividades com exigências específicas da vigilância sanitária e na solução dos vestiários;

- Respeito às questões levantadas relativas à manutenção da ambiência urbana, paisagem cultural e dinâmica social e econômica do local;

Outras questões urbanísticas a serem consideradas

É imprescindível considerar e registrar alguns outros aspectos que podem ser incorporados à discussão, mas que estão mais relacionados à discussão urbanística do que arquitetônica:

1. A questão econômica e a necessidade de fazer uma discussão a respeito do modo como se espera que essa área evolua. Há uma clara de disputa em curso: a) de um lado a feira permanece como ponto de conexão com a dinâmica ribeirinha, que provê açaí, furtas, ervas, peixe., mas não viabiliza estruturas técnicas compatíveis com as cobranças baseadas em parâmetros industriais (como a vigilância sanitária requer); b) de outro lado grupos econômicos desejam explorar a identidade do lugar oferecendo produtos para classes de maior poder aquisitivo e que pagam por sofisticação (a exemplo do que vem ocorrendo em mercados municipais de diversas cidades brasileiras e do mundo). Qual nosso projeto para Belém, a feira autêntica ribeirinha, ou o mercado gourmetizado? Seria melhor pactuar um pouco das duas coisas do que deixar prosseguir a transformação silenciosa em curso, polarizada entre as novas exigências sanitárias, a cultura da feira amazônica, e o padrão metropolitano de consumo. Alguém está enxergando isso?
2. A questão urbanística, face a necessidade de tratamento do complexo do Ver-o-Peso, assim como do conceito aplicado à região. Ouvimos nas audiências referências sobre o modo de contratação retalhado de projetos para as estruturas vizinhas ao Ver-o-Peso, onde a Feira do Açaí por exemplo seria explorada por empresas de produção de polpa. Isso seria matar o aspecto ressaltado no item a, e assumir a vantagem do item b do ponto anterior. A discussão deve ser uma só, para todas as estruturas, com as conexões entre agentes e instituições colocadas de modo visível, assim como com as funções da área devidamente reconhecidas (que instituições cobram o quê? sob quais estratégias? com que objetivos?). Soluções de transporte público, estacionamento, carga e descarga, porte de veículos, horários de operação, etc., precisam ser colocadas pois há grupos de todas os segmentos sócio econômico interagindo na área de forma saudável e complementar, importantíssimas para a economia da cidade. Porte e tipo de uso também interessam muito na área, pois há total interesse de manter algumas funções especializadas na área, mas nenhum interesse em acabar com a diversidade econômica, social e cultural existente. Isso requereria uma visão sistêmica dos espaços de uso público, das grandes centralidades, e do entrelaçamento de nós (pontos de aglomeração) existentes naquela área da Campina e da forma como são extrapolados para os bairros vizinhos e para as ilhas. Isso seria muito importante para uma discussão da identidade da cidade, com grande repercussão para os aspectos de preservação cultural e arquitetônica sempre mais reconhecidos.
3. É possível que os termos de referência disponíveis sejam demasiadamente limitados pela visão do que é regulamentado legalmente como ocorre com a questão histórica, e que essa seja outra discussão a ser feita: como a gestão da cidade é realizada. Como a PMB enxerga essa área? Que órgãos municipais (transporte, urbanismo, saneamento, economia, cultura,

segurança, etc.) foram envolvidos na elaboração do termo de referência? Ou na relação com os profissionais que desenvolveram o projeto?

O escopo da questão extrapola e muito o projeto em discussão, precisamos provocar a ampliação da discussão para evitar que Belém repita processos já muito criticados em décadas passadas em outras áreas históricas que se museificaram ou gentrificaram, onde a discussão do patrimônio históricos foi mais facilmente capturada por interesses econômicos, graças à sua desarticulação com as questões relativas à produção social da cidade. Foram séculos de trabalho de pessoas anônimas para criar a marca Ver-o-Peso!

Os feirantes podem não ter condições de se comportar como empresários, mas eles são vitais para a manutenção da diversidade existente na área, são patrimônio cultural tanto quanto as estruturas físicas. Quem, se não o poder público, poderá garantir a presença deles lá? Discutir arranjos de governança que pactuem interesses? Nesse sentido o primeiro ponto seria visibilizar atores, levantar seus interesses, sua importância para a preservação da vitalidade do lugar, corrigir rotinas de gestão, de modo a construir algo novo que garantisse que o lugar mantenha sua essência. E isso pode demorar anos para ser feito, mais do que nossos prefeitos ambiciosos podem esperar. Mas iluminaria a compreensão das pessoas a respeito da importância vital do Ver-o-Peso para Belém.

Por fim, o que a sociedade não pode perder de vista é que o patrimônio mais importante que precisa ser preservado na Feira do Ver-o-peso é imaterial, advindo das dinâmicas sociais e econômicas que ocorrem naquele espaço e qualquer solução arquitetônica que interfira nessa dinâmica estará descaracterizando esse patrimônio.

Esse é o parecer.

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA E MEIO AMBIENTE DO CAU/PA

ALICE DA SILVA RODRIGUES ROSAS (Conselheira Coordenadora)

ROBERTA MENESES RODRIGUES (Conselheira)

LUIZ FERNANDO MARTINS PINTO (Conselheiro)

ANA CLAUDIA DUARTE CARDOSO (Convidada)

FILOMENA MATA VIANA LONGO (Conselheira Suplente)

JOSÉ AKEL FARES FILHO (Convidado)